

GOVERNANÇA E RESPONSABILIDADE SOCIAL: ANÁLISE DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS DE CARNES E DERIVADAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA/B3

GOVERNANCE AND SOCIAL RESPONSIBILITY: ANALYSIS OF THE SUSTAINABILITY REPORTS OF MEAT COMPANIES LISTED IN THE BRAZILIAN STOCK EXCHANGE

Tanise Saciloto Slomp¹
Dr. Alex Eckert²
Dra. Marlei Salete Mecca³
Débora Thiel De Lucca⁴

Resumo

Um novo modelo de gestão empresarial aborda o conceito de sustentabilidade, o qual se refere a garantir o bem-estar das pessoas no momento presente e desenvolver produtos que não venham a prejudicar as gerações futuras de usufruir a vida, ou seja, promover o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, este trabalho teve por objetivo identificar, com base nas evidências apresentadas no Relatório de Sustentabilidade das empresas de Carnes e Derivados, listadas na bolsa de valores B3, quais delas desempenham de maneira mais efetiva seu papel de Responsabilidade Social Empresarial. Para atingir o objetivo proposto, elaborou-se uma pesquisa documental, descritiva e qualitativa. Os resultados encontrados indicaram que as empresas analisadas não divulgam de maneira adequada, em relação às disposições contidas na NBC T 15, as informações de natureza social e ambiental.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Empresarial. NBC T.15. Informações Sociais. Informações Ambientais.

Abstract

A new model of business management addresses the concept of sustainability, which refers to guaranteeing the well-being of people in the present moment and developing products that will not harm future generations to enjoy life, that is, to promote development sustainable development. Based on the evidences presented in the Sustainability Report of the Meat and Derivatives companies listed on the B3 stock exchange, the purpose of this study was to identify which of them most effectively play their role as Corporate Social Responsibility. To achieve the proposed goal, a documentary, descriptive and qualitative research was elaborated. The results indicated that the companies analyzed do not adequately disclose information of a social and environmental nature in relation to the provisions contained in NBC T 15.

Keywords: *Corporate Social Responsibility. NBC T.15. Social Information. Environmental Information.*

¹ Universidade de Caxias do Sul - UCS

² Universidade de Caxias do Sul - UCS

³ Universidade de Caxias do Sul - UCS

⁴ Universidade de Caxias do Sul - UCS

Considerações Iniciais

Um novo modelo de gestão empresarial aborda o conceito de sustentabilidade, o qual se refere a garantir o bem-estar das pessoas no momento presente e desenvolver produtos que não venham a prejudicar as gerações futuras a usufruir da vida, ou seja, promover o desenvolvimento sustentável. As empresas são os agentes que geram riqueza material e demais tipos de riquezas, portanto precisam promover o desenvolvimento sustentável, mensurá-lo, registrá-lo em seus demonstrativos e evidenciá-los à sociedade (ALBERTON et al., 2004).

Nas empresas, acredita-se que apenas a visão do lucro é insuficiente para alcançar os objetivos da entidade. Para a empresa ter continuidade, é necessário atender às necessidades dos Stakeholders, ou seja, todos os agentes envolvidos: clientes, fornecedores, financiadores de recursos financeiros, governos, comunidade, funcionários e acionistas, priorizando os funcionários e a sociedade com ênfase no aspecto ambiental (TINOCO, 2010).

Prova disso é a afirmação de Savitz (2007), ao dizer que uma empresa sustentável é aquela que gera lucro para os acionistas, mas ao mesmo tempo protege o meio ambiente e melhora a qualidade de vida das pessoas com as quais mantém interações.

Mais especificamente, o presente estudo aborda a questão da Responsabilidade Social Empresarial e sua importância para as organizações no contexto atual, com base na análise do Relatório de Sustentabilidade, considerando a observância das disposições contidas na Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T15), que trata da divulgação das informações de natureza social e ambiental. A referida norma estabelece a evidenciação de informações que tratam da geração e distribuição de riqueza; recursos humanos; interação da entidade com o ambiente externo; e a interação com o meio ambiente.

Desse modo, o objetivo da presente pesquisa é identificar, com base nas evidências apresentadas no Relatório de Sustentabilidade das empresas do segmento de carnes e derivados, listadas na BM&FBOVESPA/B3, quais delas desempenham de maneira mais efetiva seu papel de Responsabilidade Social.

Referencial Teórico

Responsabilidade social

De acordo com o Instituto Ethos (2017), a Responsabilidade Social significa mudança de atitude, numa perspectiva de gestão empresarial com foco na qualidade das relações e na

geração de valor para todos, isto é, uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social.

Para Morcerf (2006), a Responsabilidade Social é considerada uma nova forma de gestão empresarial. Uma gestão ética e transparente, baseada em princípios e valores que estabelece mecanismos de diálogos com seus diferentes públicos, que busca inserir ao negócio da empresa as expectativas dos stakeholders.

Por contemplar todas as partes interessadas pela organização, a gestão socialmente responsável resulta em sustentabilidade para a operação da empresa, uma vez que possibilita o gerenciamento de impactos ambientais, de questões legais e trabalhistas, bem como desenvolvimento social e comunitário da área de influência das organizações (MORCERF, 2006).

Para Lourenço e Schröder (2002), a Responsabilidade Social tem despertado o interesse de altos executivos à frente das organizações, envolvendo a busca de novas oportunidades como uma maneira de responder às demandas ambientais, sociais e econômicas do mercado.

No atual cenário econômico verifica-se a importância no que diz respeito às práticas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) nas organizações. Segundo o Instituto Ethos (2005), a RSE é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Já para Ashley (2005), a RSE está relacionada com o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico, agindo de forma proativa e coerente no que se refere a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela.

Tinoco (2001), por sua vez, utiliza a expressão Responsabilidade Social Corporativa (RSC) quando se refere a SER. Para ele, as decisões e os resultados das atividades das companhias alcançam um universo de agentes sociais muito mais amplo do que o composto por seus sócios e acionistas, tais como empregados, fornecedores, clientes, consumidores, colaboradores, investidores, competidores, governos e comunidades.

A NBC T.15: Evidenciação das informações de natureza social ambiental

As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) têm como finalidade orientar os profissionais contábeis sobre como devem ser mensuradas e evidenciadas as atividades e a geração das informações relacionadas às atividades empresariais (KRUGER et al., 2017).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução nº 1.003/04, aprovou, em 19 de agosto de 2004, a NBC T.15 – Informações de Natureza Social e Ambiental. A NBC T.15 estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

Essa norma, que entrou em vigor em 2006, estabelece procedimentos a serem seguidos pelas empresas para evidenciar informações de natureza social e ambiental, a fim de mostrar à sociedade sua participação e responsabilidade social. É importante destacar que tal evidenciação, quando realizada, deve ser divulgada de maneira complementar às demonstrações contábeis das empresas (CFC, 2004).

Segundo Kruger, Schussler e Alberton (2012), a importância das informações da NBC T.15 é de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social das entidades, por meio das informações de natureza social e ambiental, enfatizando as práticas e a gestão das ações desenvolvidas pelas organizações.

Para facilitar esse entendimento, o Quadro 1 demonstra resumidamente as informações de natureza social e ambiental na NBC T.15. Estas informações, quando divulgadas, devem ser efetuadas como informações complementares às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

Quadro 1. Tipos de informações a serem divulgadas da NBC T.15

Itens da Norma	Informações a serem divulgadas
Geração e Distribuição de Riqueza	A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T.3.3 – Da Demonstração do Resultado.
Recursos Humanos	Devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade.
Interação da Entidade com o Ambiente Externo	Nas informações relativas à interação da entidade com o ambiente externo, devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.
Interação com o Meio Ambiente	Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados: A) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; B) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; C) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; D) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade; E) investimentos e gastos com outros projetos ambientais; F) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; G) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente; H) passivos e contingências ambientais.

Fonte: Elaborado pela autora com base na NBC T.15 (2004).

Balanco social

Segundo Quintana (2007), o Balanço Social é um instrumento capaz de reunir elementos e informações das atividades das organizações que estejam voltadas ao interesse social, demonstrando e dimensionando os valores que essas empresas dão como retorno a sociedade e ao meio ambiente onde estão inseridas. No entanto, não há obrigatoriedade de apresentação, por parte das empresas, de um demonstrativo contábil que reúna informações relativas às atividades e programas desenvolvidos junto aos funcionários ou a sociedade, com base em dados econômicos e financeiros, sob um aspecto social.

Em complemento, Iudícibus (2000) sustenta que o Balanço Social deve demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais e humanos, e pelo direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua.

A apresentação e divulgação do Balanço Social são facultativas. Mesmo assim, sendo ele um demonstrativo que apresenta quais os recursos ambientais estão sendo extraídos do meio ambiente e em que condições e proporções estão sendo repostos, é considerado um instrumento de gestão que espelha de uma maneira clara e concisa todas as atitudes das

empresas e de seus administradores, como forma de atender a uma cobrança de ética e responsabilidade por parte da sociedade a seus gestores. Essa ferramenta contábil revela ou não o comprometimento das organizações em relação a comunidade onde exploram suas atividades (QUINTANA, 2007).

Dessa forma, o Balanço Social vai além de uma demonstração contábil, podendo ser considerado como um instrumento de informações que caracteriza o cumprimento das responsabilidades sociais de uma empresa.

Relatório de sustentabilidade

O Relatório de Sustentabilidade, por sua vez, é mais abrangente que o Balanço Social, pois evidencia as práticas adotadas pelas empresas no intuito de buscar o desenvolvimento sustentável, por meio de medidas que possibilitem melhores condições de vida para a sociedade e que demonstre atitudes de preservação do meio ambiente (FERREIRA et al., 2017).

De acordo com o autor, é importante assegurar a confiabilidade e comparabilidade das informações a serem destacadas nos dados contábeis para o relatório de sustentabilidade, sendo necessária a utilização de um modelo de relatório que contenha indicadores baseados na abordagem *triple bottom line*, que define uma atuação orientada para a integração dos três componentes do desenvolvimento sustentável – crescimento econômico, equidade social e proteção ao meio ambiente.

A Global Reporting Initiative GRI (2017) é uma organização internacional e independente que ajuda empresas, governos e outras organizações a compreender e comunicar o impacto dos negócios em questões críticas de sustentabilidade, como as mudanças climáticas, os direitos humanos, a corrupção e muitos outros. Produzem os padrões mais confiáveis e amplamente utilizados para relatórios de sustentabilidade.

Os relatórios de sustentabilidade são realizados por empresas e organizações de todos os tipos, tamanhos e setores. Das 250 maiores corporações do mundo, 93% relatam seu desempenho em sustentabilidade e 82% delas usam os padrões da GRI para fazê-lo (GRI, 2017).

O relatório de sustentabilidade apresentado pela GRI (2017) baseia-se em um tripé em que são evidenciados os impactos econômicos, ambientais e sociais com o objetivo de garantir a transparência de informações e, para isso, estabelecidos princípios para definir o conteúdo, garantir a qualidade e estabelecer os limites do relatório. O Quadro 2 é explicativo.

Quadro 2. Princípios para definição de conteúdo do relatório

Os princípios para definição do conteúdo do relatório descrevem o processo necessário para identificar os conteúdos que devem ser incluídos no relatório, considerando as atividades e impactos da organização e as expectativas e interesses substanciais de seus stakeholders. O Quadro 3 apresenta uma síntese desses princípios.

Quadro 3. Princípios para assegurar a qualidade do relatório

PRINCÍPIOS PARA ASSEGURAR A QUALIDADE DO RELATÓRIO	
Princípios	Conceito
Equilíbrio	Princípio: O relatório deve refletir Aspectos positivos e negativos do desempenho da organização, de modo a permitir uma avaliação equilibrada do seu desempenho geral.
Comparabilidade	A organização deve selecionar, compilar e relatar as informações de forma consistente. As informações relatadas devem ser apresentadas de modo que permita aos stakeholders analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e subsidiar análises relacionadas a outras organizações.
Exatidão	As informações devem ser suficientemente precisas e detalhadas para que os stakeholders possam avaliar o desempenho da organização relatora.
Tempestividade	A organização deve publicar o relatório regularmente e disponibilizar as informações a tempo para que os stakeholders tomem decisões fundamentadas.
Clareza	A organização deve disponibilizar as informações de forma compreensível e acessível aos stakeholders que usam o relatório.
Confiabilidade	A organização deve coletar, registrar, compilar, analisar e divulgar as informações e processos usados na elaboração do relatório de uma forma que permita sua revisão e estabeleça a qualidade e materialidade das informações.

Fonte: Elaborado pela Autora com base na GRI (2017).

Esse grupo de princípios orienta escolhas para garantir a qualidade das informações relatadas, inclusive da sua apresentação. As decisões relacionadas ao processo de preparação de informações a serem incluídas no relatório devem ser compatíveis com esses princípios. Todos eles são fundamentais para garantir uma transparência efetiva. A qualidade das informações permite que os stakeholders realizem avaliações consistentes e justas e tomem medidas adequadas (GRI, 2017).

Sustentabilidade empresarial

Segundo Vellani (2011), a finalidade da empresa é a geração de lucros e quando essa lucratividade estiver agregada a preocupação ecológica e social, a sustentabilidade estará presente. Ao mesmo tempo em que proporciona valor aos seus acionistas, a empresa também pode fornecer educação, cultura, lazer e justiça social.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Azevedo (2006) considera a sustentabilidade empresarial sendo aquela que procura considerar em suas ações as dimensões econômica, social e ambiental, ou seja, a empresa continua visando ao lucro, mas passa a considerar o impacto de suas atividades no meio ambiente procurando amenizá-las de maneira eficiente, desempenhando ao mesmo tempo ações de cunho social, seja em benefício de seus funcionários ou da comunidade.

A sustentabilidade pode ser benéfica no campo dos negócios. De acordo com Savitz e Weber (2007), ela auxilia na proteção da organização no que diz respeito aos possíveis prejuízos a clientes, colaboradores e sociedade, permitindo uma antecipação aos problemas, evitando-os e garantindo a sua permanência no mercado. Além disso, se pode reduzir custos pela eliminação dos desperdícios, tal qual a redução no consumo de recursos, que resultará em menores impactos ambientais. Tais medidas de redução de riscos também permitem o acesso ao capital menos oneroso.

A inserção da sustentabilidade empresarial nos processos decisórios das organizações se mostra relevante para a continuidade de seus negócios e da sociedade em geral. Por isso, as empresas podem agregar a sustentabilidade no seu planejamento estratégico (VELLANI, 2011).

Para o Instituto Ethos (2017), o conceito de desenvolvimento sustentável está hoje totalmente integrado ao conceito de responsabilidade social: não haverá crescimento econômico em longo prazo sem progresso social e também sem cuidado ambiental. Todos os lados devem ser vistos e tratados com pesos iguais, mesmo porque estes são aspectos interrelacionados. Da mesma forma que o crescimento econômico não se sustenta sem uma equivalência social e ambiental, programas sociais ou ambientais corporativos não se sustentarão se não houver o equilíbrio econômico da empresa.

Aspectos Metodológicos

Metodologia

Em relação aos procedimentos técnicos, realizou-se uma pesquisa documental que, por sua vez, examina a realidade presente, investigando documentos com o intuito de apresentar e confrontar costumes, diferenças, entre outros (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2002). Nesse sentido, Carvalho (1989) afirma que esse procedimento é muito utilizado nas Ciências Sociais

e que, para a realização da pesquisa, pode-se utilizar fontes primárias, ou seja, documentos, e fontes secundárias, como dados estatísticos.

Já em relação aos objetivos do estudo, tem-se como referência a pesquisa descritiva, que de acordo com Cervo, Bervian e Silva (2002) tem por objetivo observar, analisar e registrar fenômenos, fatos ou problemas de relevância. Segundo Gil (2009), uma das peculiaridades da pesquisa descritiva está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Quanto à forma de abordagem do problema, pode ser classificada como qualitativa. Conforme Lakatos e Marconi (2011), a abordagem qualitativa implica analisar e aprofundar as situações sociais mantendo uma reflexão contínua e observando detalhes sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc. Segundo Lakatos e Marconi (2011), na pesquisa qualitativa faz-se a coleta dos dados a fim de poder elaborar o conjunto de conceitos, princípios e significados. O esquema conceitual pode ser uma teoria elaborada, com um ou mais resultados. Desse modo, faz-se necessário correlacionar a pesquisa com o universo teórico.

Procedimentos de coleta e análise dos dados

Para a realização desta pesquisa, foram analisadas empresas do segmento de Carnes e Derivados, listadas na BM&FBovespa/B3. A justificativa pela escolha das empresas deste segmento deve-se ao fato de ele ser o principal em termos de faturamento no Brasil. Desde 2010, movimentou aproximadamente R\$133,1 bilhões ao ano e apresentou crescimento acumulado de 101,1% ou 14,5% ao ano, em média (FORMIGONI, 2017).

O estudo foi realizado com base no Relatório de Sustentabilidade do exercício de 2015 e 2016. Esse relatório é publicado anualmente nos *sites* das empresas permanecendo disponível para acesso ao público.

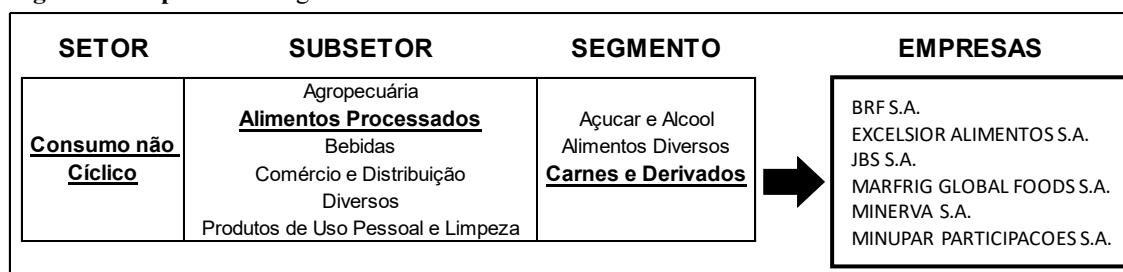
Realização da Pesquisa e Análises

Seleção da amostra

As empresas listadas na Bolsa de Valores BM&FBovespa/B3, doravante denominada apenas de B3, são classificadas por setor, subsetor e segmento. Para a presente pesquisa foram selecionadas empresas do Setor de Consumo não Cíclico, classificadas no Subsetor de Alimentos Processados, especificamente do Segmento de Carnes e Derivados.

São seis as empresas listadas na B3 neste segmento, conforme pode ser observado na Figura a seguir.

Figura 1: Empresas do segmento de carnes e derivados



Fonte: Elaborado pela Autora com base Bolsa de Valores B3 (2017).

Entretanto, das seis empresas listadas na B3, apenas quatro delas têm publicado o seu Relatório de Sustentabilidade. São elas: BRF S.A., JBS S.A., Marfrig Global Foods S.A. e Minerva S.A. A seguir, uma breve apresentação dessas empresas, as quais representam a amostra selecionada para este estudo.

A primeira delas, a BRF, foi fundada em 1934, em Videira, Santa Catarina. É uma companhia de capital aberto, com ações negociadas no mercado de capitais há mais de 30 anos, com valor de mercado estimado em R\$ 38,5 bilhões. Fabrica produtos de diferentes categorias, como presuntaria, embutidos, marinados, margarinas, sobremesas, pratos prontos congelados e carnes processadas e em cortes especiais. Comercializa por intermédio de marcas como Sadia, Perdigão, Qualy, Bocatti, Confidence, Vieníssima, Chester, Dánica, Perdix e Paty. Com mais de 34 mil fornecedores, incluindo 13 mil produtores agropecuários integrados e 240 mil clientes e consumidores, conta, ainda, com mais de 110 mil empregados (BRF, 2017).

A segunda empresa é a JBS, fundada em 1953, na cidade de Anápolis (GO), por José Batista Sobrinho. É uma companhia de capital aberto, com ações negociadas na B3, com valor estimado R\$32,6 bilhões. Atua em setores relacionados com o seu negócio principal, como couros, biodiesel, colágeno, sabonetes, glicerina e envoltórios para embutidos, comercializados por marcas como Friboi, Seara, Doriana e Excelsior. Possui mais de 300 mil clientes, contando com aproximadamente 235 mil colaboradores (JBS, 2017).

A terceira empresa selecionada é a Marfrig Global Foods, uma multinacional brasileira, com sede na cidade de São Paulo, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto e com ações listadas na B3. Suas atividades reúnem produção, processamento, industrialização, venda e distribuição de alimentos à base de proteína animal, além de outros

produtos alimentícios variados, tais como vegetais congelados e sobremesas. No final do exercício de 2015, contou com mais de 30 mil colaboradores (MARFRIG, 2017).

Por fim, a Minerva S.A é uma empresa fundada em 1992, pela família Vilela de Queiroz, em Barretos, São Paulo. É uma companhia de capital aberto, listada na B3. Ela produz e comercializa carne *in natura*, couro e processamento de proteínas bovina, suína e de aves. A organização conta com mais de 57 mil clientes e 10 mil fornecedores e, ainda, com mais de 12.825 funcionários no Brasil e no exterior (MINERVA, 2017).

Explicação dos quesitos da NBC T 15

Conforme mencionado anteriormente, neste trabalho será utilizada a NBC T.15 – Informações de Natureza Social e Ambiental como base para o desenvolvimento do estudo, observando-se apenas as informações relacionadas ao meio ambiente. O Quadro 5 mostra um detalhamento dos quesitos relativos à interação com o meio ambiente.

Quadro 4. Informações relacionadas ao meio ambiente

QUESITO	DEFINIÇÃO DO QUESITO
A	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
B	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
C	Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
D	Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
E	Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
F	Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
G	Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
H	Passivos e contingências ambientais.

Fonte: Elabora pela autora com base na NBC T 15 (2004)

Para o estudo, foi realizado um levantamento de dados nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas escolhidas do período de 2015 e 2016. Esses relatórios são publicados anualmente nos *sites* das empresas, são de fácil acesso e permanecem disponíveis para acesso ao público.

Foram analisados nesses relatórios especificamente os quesitos voltados ao meio ambiente citados pela NBC T.15, procurando abranger o maior número de informações. Os resultados encontrados são apresentados em tabelas, complementados por uma análise individual, de forma a possibilitar o melhor entendimento. Após análise de cada quesito, será

atribuída uma nota de zero a cinco para avaliar a aderência das informações contidas nos relatórios de sustentabilidade ao nível de divulgação das informações contidas na NBC T.15.

Quesito A: Gastos para melhoria do Meio Ambiente

O quesito A trata dos investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente. Das quatro empresas analisadas, todas apresentaram em seus relatórios informações de valores gastos em melhorias do meio ambiente, com exceção da BRF S.A. A seguir, apresenta-se a Tabela 1 com os valores divulgados por cada empresa.

Tabela 1 – Investimentos e gastos com melhorias do meio ambiente (R\$ milhões)

Empresas	2015	2016
BRF	-	-
JBS	716,60	855,20
MARFRIG	7,73	-
MINERVA	8,80	14,34

Fonte: Produção da autora

Nota-se que a empresa que mais investiu em melhorias com o meio ambiente foi a JBS S.A. Os custos e investimentos foram de R\$ 855,20 milhões no ano de 2016, um acréscimo de 19,34% comparados com 2015, ano em que ela investiu R\$ 716,60 milhões com melhorias.

Em termos de representatividade, considerando que em 2015 a receita líquida da JBS S.A foi de R\$ 162.914,5 milhões, o valor investido com melhorias do meio ambiente foi o equivalente a 0,4% da sua receita líquida. Já em 2016, a receita líquida foi R\$ 170,4 bilhões, tendo um valor investido em melhorias com o meio ambiente equivalente a 0,5% de sua receita líquida.

Chama a atenção o fato de, em 2016, dos R\$ 855,20 milhões gastos com melhorias no meio ambiente, pelas operações da JBS, R\$ 87,7 milhões foram investidos em adequações estruturais, incluindo compra de equipamentos. Além disso, foram desenvolvidas campanhas educativas direcionadas aos colaboradores, abrangendo treinamentos. Durante o ano, tiveram ênfase em aspectos relacionados a cuidados com as mãos, higienização segura e segurança no trânsito, entre outros.

Já a Minerva Foods investiu, em 2015, R\$ 8,80 milhões com melhorias do meio ambiente, o equivalente a 0,09% da sua receita líquida de R\$ 9.524,8 milhões. Comparando com o ano de 2016, a Minerva teve um investimento com melhorias do meio ambiente de R\$

14,30 milhões, o que representa 0,15% da receita líquida do ano 2016, que fechou em R\$ 9.648,7 milhões.

A Marfrig Global Foods S.A, por sua vez, não apresenta o Relatório de Sustentabilidade de 2016. Analisando apenas o período de 2015, nota-se que, das três empresas listadas, a Marfrig foi a que menos investiu em melhorias com o meio ambiente. Em 2015, suas ações totalizaram R\$ 7,8 milhões, o que equivale 10,8% do seu lucro investidos com melhorias ambientais, considerando que o lucro bruto consolidado em 2015 foi de R\$ 2,3 bilhões.

Conforme pode ser visto na tabela 1, a BRF não evidenciou em seu Relatório de Sustentabilidade os valores gastos com melhorias do meio ambiente. Diante disso, no que diz respeito à aderência das informações divulgadas com a NBC T.15, é possível dizer que houve um empate entre as empresas JBS e Minerva, porém a JBS foi a entidade que mais evidenciou as informações contidas no quesito A em seu Relatório, pois ela, além de apresentar os valores, também demonstrou no que foi investido.

Quesito B: Gastos com preservação/recuperação de ambientes degradados

Este quesito inclui todos os investimentos e gastos com preservação e recuperação de ambientes degradados. Das quatro empresas analisadas, todas apresentaram em seus relatórios informações de valores gastos com preservação e recuperação de ambientes degradados, com exceção das JBS S.A. A seguir, apresenta-se uma tabela com os valores divulgados dos investimentos e gastos de cada empresa.

Tabela 2 – Investimentos e gastos com recuperação de ambientes degradados (R\$ milhões)

Empresas	2015	2016
BRF	197,22	249,00
JBS	-	-
MARFRIG	14,09	-
MINERVA	3,46	7,85

Fonte: Produção da autora

Nota-se que a empresa que mais investiu com preservação e recuperação de ambientes degradados foi a BRF S.A. Os investimentos em 2016 foram R\$ 249 milhões, um aumento de 26,3% em relação ao ano de 2015 em que foram investidos R\$ 197,22 milhões.

Em termos de representatividade, considerando que em 2015 a receita líquida da BRF S.A foi de R\$ 32,2 bilhões, o valor investido com preservação e recuperação de ambientes

degradados foi o equivalente a 1,63% da sua receita líquida. Em 2016, a receita líquida foi R\$ 33,7 bilhões, tendo um valor investido com preservação e recuperação de ambientes degradados o equivalente a 1,51% da sua receita líquida, como constatado no Relatório de Sustentabilidade da BRF S.A (2016, p.122):

A emissão de *green bonds* permitiu à Companhia aumentar a capacidade de investimento em projetos verdes, tendo como foco categorias como eficiência energética, energias renováveis, florestas sustentáveis, redução de emissão de gases de efeito estufa, gestão de água, embalagens, redução do uso de matéria-prima e gestão de resíduos.

A Marfrig Global Foods S.A, por sua vez, não apresenta o Relatório de Sustentabilidade de 2016. Analisando apenas o período de 2015, suas ações totalizaram R\$ 14,9 milhões, considerando que o lucro bruto consolidado nesse ano foi de R\$ 2,3 bilhões, o equivalente a 1,54% de seu lucro investidos com preservação e recuperação de ambientes degradados, segundo o Relatório de Sustentabilidade da Marfrig Global Foods (2015, p.144):

Em 2015, os investimentos em ações para proteção ambiental totalizaram R\$ 7,8 milhões, considerando todas as empresas da Marfrig Global Foods. As iniciativas priorizaram tratamento e disposição de resíduos, tratamento de emissões, aquisição e manutenção de equipamentos, custos de limpeza, educação e treinamento e certificações externas de sistemas de gestão.

Já a Minerva Foods investiu, em 2015, R\$ 3,46 milhões com melhorias do meio ambiente, o equivalente a 0,03% da sua receita líquida de R\$ 9,52 milhões. Comparado ao ano de 2016, a Minerva teve um investimento com preservação e recuperação de ambientes degradados de R\$ 7,85 milhões, o que representa 0,01% da receita líquida do ano, que fechou em R\$ 9,65 milhões, conforme constatado no Relatório de Sustentabilidade da Minerva Foods (2016, p.72):

A Minerva mantém o programa corporativo de Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais, por meio do qual realizou, em 2016, a execução dos planos de ação desenvolvidos a partir dos levantamentos dos impactos em 100% de suas unidades industriais. A Companhia utiliza um software para gerir e monitorar planos de ação dedicados a minimizar interferências ambientais significativas.

Como pode ser visto na Tabela 2, a JBS não evidenciou em seu Relatório de Sustentabilidade os valores gastos com preservação e recuperação de ambientes degradados. Assim, se fosse avaliar, em uma escala de zero a cinco, a adequação das informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade referente aos investimentos e gastos com

preservação e recuperação de ambientes degradados, de acordo com o quesito A da NBC T.15, haveria uma um empate com as empresas Marfrig e Minerva, pois ambas evidenciaram as informações contidas no quesito B em seus Relatórios, apresentaram os valores e também exemplificaram no que foi investido.

Quesito C: Gastos com a educação ambiental interna

Este quesito inclui todos os investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade. Das quatro empresas analisadas, apenas duas apresentaram em seus relatórios informações de valores gastos com a educação ambiental interna. A seguir, apresenta-se uma tabela com os valores divulgados de cada empresa.

Tabela 3 – Investimentos e gastos com a educação ambiental interna (R\$ milhões)

Empresas	2015	2016
BRF	-	-
JBS	-	-
MARFRIG	0,10	-
MINERVA	0,01	0,01

Fonte: Produção da autora

Conforme visto na Tabela 3, as empresas BRF e JBS não demonstraram efetivamente em seu Relatório de Sustentabilidade o valor gasto em educação ambiental interna. Apesar de a JBS não divulgar os gastos com a educação ambiental para empregados, ela enfatiza a saúde e segurança ocupacional como questões essenciais para o bem-estar dos colaboradores. Assim, consta no Relatório de Sustentabilidade da JBS S.A. (2016, p.80):

Em busca da melhoria contínua, há metas anuais de segurança específicas para toda a empresa e acompanhamento dos principais indicadores de segurança. O desempenho é relatado diariamente, semanalmente e mensalmente para as equipes de gestão, para que as decisões que afetam a saúde e a segurança sejam tomadas de maneira imediata.

A Marfrig Global Foods S.A. não apresentou o Relatório de Sustentabilidade de 2016. Ao analisar apenas o do período de 2015, os gastos com educação e treinamento interno foram R\$ 97,8 mil. Em termos de representatividade, considerando que, no ano, o total de investimentos e gastos ambientais foi R\$ 29,5 milhões, o valor investido em educação ambiental interna equivale 0,33% do total de investimentos ambientais.

Já a Minerva Foods, em 2015, investiu R\$ 12.457,99 com educação ambiental interna, o equivalente a 0,13% da sua receita líquida de R\$ 9.524,8 milhões. Comparado com o ano de 2016, a Minerva teve um investimento com educação ambiental interna de R\$ 14.293,25, o que representa 0,15% da receita líquida do referido ano, que fechou em R\$ 9.6448,7 milhões, conforme constatado no Relatório de Sustentabilidade da Minerva Foods (2016, p.65): “A Companhia investe continuamente em programas e cursos de capacitação aos colaboradores para promover novos conhecimentos e estimular a eficiência e o engajamento na conquista das metas do planejamento estratégico”.

Caso fosse avaliada, em uma escala de zero a cinco, a adequação das informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade referente à educação ambiental interna, de acordo com o quesito C da NBC T.15, das empresas analisadas, a Minerva seria a empresa que mais evidenciaria as informações contidas no quesito C em seu Relatório.

Quesito D: Gastos com a educação ambiental externa

Este quesito inclui todos os investimentos e gastos com a educação ambiental para a comunidade. Das quatro empresas analisadas, todas apresentam em seus relatórios informações de valores gastos com educação ambiental externa, com exceção das JBS S.A. Na Tabela 4 constam os valores divulgados dos investimentos e gastos de cada empresa.

Tabela 4 – Investimentos e gastos com a educação ambiental externa (R\$ milhões)

Empresas	2015	2016
BRF	121,68	76,84
JBS	-	-
MARFRIG	7,04	-
MINERVA	1,12	0,18

Fonte: Produção da autora

A empresa que mais investiu em educação ambiental externa foi a BRF S.A. Os custos e investimentos foram de R\$ 121,68 milhões no ano de 2016, um acréscimo de 63,15% comparado com 2015, ano em que ela investiu R\$ 76,84 milhões. Em termos de representatividade, considerando que, em 2015, a receita líquida da BRF S.A foi de R\$ 32,2 bilhões, o valor investido em educação ambiental externa foi o equivalente a 0,24% da sua receita líquida. Em 2016, a receita líquida foi R\$ 33,7 bilhões, tendo um valor investido com a educação ambiental interna o equivalente a 0,36% dessa receita.

Conforme visto na Tabela 4, a empresa JBS não demonstrou efetivamente em seu Relatório de Sustentabilidade o valor gasto em educação ambiental externa, mas apresenta no seu Relatório de Sustentabilidade (2016, p.29):

São promovidas, no Brasil, diversas ações voltadas a fomentar a reciclagem no País, que incluem treinamentos de catadores de materiais recicláveis e benfeitorias – em estrutura e equipamentos – de cooperativas e associações das quais participam. Dessa forma, a JBS contribui para o desenvolvimento de uma cadeia de oportunidades de negócios, por meio do fomento da profissionalização do setor da reciclagem, da redução de custos de produção – viabilizando a reciclagem de materiais que podem ser reaproveitados – e da geração de renda. Dessa forma, gera benefícios socioeconômicos e ambientais, em linha com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A Marfrig Global Foods S.A., entretanto, não apresenta o Relatório de Sustentabilidade de 2016, mas ao analisar o relatório do período de 2015, verificou-se que os gastos com educação ambiental externo foram de R\$ 7.042,00 milhões. Em termos de representatividade, considerando que, no ano de 2015, o total de investimentos e gastos ambientais foi R\$ 29,5 milhões, o valor investido em educação ambiental externa equivale 23,8% do total de investimentos ambientais, conforme constatado no Relatório de Sustentabilidade da Marfrig Global Foods S.A (2015, p.104):

No Brasil, as principais iniciativas voltadas às comunidades são realizadas pelo Instituto Marfrig Fazer e Ser Feliz e por meio de apoio a projetos socioambientais direcionados ao desenvolvimento regional. A Companhia apoia também o trabalho voluntário de colaboradores que formam grupos para reformar escolas públicas ou realizar outras obras necessárias. Os voluntários atuam ainda em ações sociais coordenadas pelo Instituto.

Por fim, a Minerva Foods, em 2015, investiu R\$ 1.118.681,93 com educação ambiental externa, o equivalente a 8,35% do total de investimento ambientais, que foi de R\$ 13.391.387,76. Comparado com o ano de 2016, a Minerva teve um investimento com educação ambiental externa de R\$ 180 mil, o que representa 0,80% total de investimento ambientais do ano, que foi de R\$ 22.384.967,81, conforme constatado no Relatório de Sustentabilidade da Minerva Foods (2016, p.65): “A Companhia contribui para o desenvolvimento social e econômico das regiões nas quais mantém operações na medida em que proporciona emprego e fomenta a geração de renda das comunidades”.

Caso fosse avaliada, em uma escala de zero a cinco, a adequação das informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade referente à educação ambiental externa, de acordo com o quesito D da NBC T.15, das empresas analisadas, a empresa JBS seria a que

mais evidenciaria as informações contidas no quesito D em seu relatório, pois apresentou valores e exemplificou no que foi investido.

Quesito E: Gastos com outros projetos ambientais

Este quesito inclui os valores de investimento e gastos com outros projetos ambientais. Das quatro empresas analisadas, apenas a Marfrig apresenta em seu relatório informações de valores gastos com outros projetos ambientais, como se pode observar na Tabela 5.

Tabela 5 – Investimentos e gastos com outros projetos ambientais (R\$ milhões)

Empresas	2015	2016
BRF	-	-
JBS	-	-
MARFRIG	0,61	-
MINERVA	-	-

Fonte: Produção da autora

A Marfrig Global Foods S.A. não apresenta o Relatório de Sustentabilidade de 2016. Analisando apenas o do período de 2015, os gastos com outros projetos ambientais foram R\$ 610,7 mil. Em termos de representatividade, considerando que o total de investimentos e gastos ambientais foi de R\$ 29,5 milhões no ano de 2015, o valor investido em educação ambiental externa equivale 2,11% do total de investimentos ambientais, conforme constatado no Relatório de Sustentabilidade (2015). Dos R\$ 610,7 mil gastos com outros projetos ambientais, R\$ 7,8 mil foram destinados à pesquisa e ao desenvolvimento, R\$ 8,9 mil foram gastos com despesas extras com adoção de tecnologias mais limpas, além das convencionais, e R\$ 594,0 mil com outros custos de gestão ambiental, conforme constatado no Relatório de Sustentabilidade da Marfrig Global Foods S.A (2015. p.105):

Uma das faces mais visíveis do engajamento da Marfrig Global Foods às práticas de sustentabilidade são os grupos de trabalho liderados ou integrados pela Companhia e suas unidades de negócio. Outros bons exemplos são os compromissos públicos, assumidos em parceria com as principais organizações mundiais de defesa da produção sustentável e de preservação da biodiversidade, os projetos socioambientais e os programas de fomento, amplamente reconhecidos por seus públicos de relacionamento.

Já a BRF, mesmo não divulgando nenhum valor gasto com outros projetos ambientais, apresenta em seu Relatório de Sustentabilidade (2016) alguns projetos da empresa:

Trabalhamos em diversas frentes para melhorar nossa performance, incluindo projetos de redução da água em equipamentos, modernização de infraestrutura e aplicação da filosofia Lean (produção enxuta) na higienização das fábricas,

valorizando o controle de desperdícios sem nenhum prejuízo no campo sanitário. Por meio de ações como o reúso de água (evitando nova retirada no meio ambiente), a priorização de captação superficial (com maior renovabilidade do recurso), o tratamento da água residual para seu lançamento e a devolução de cerca de 95% da água captada ao meio ambiente (já que na BRF não usamos água como matéria-prima), acreditamos trabalhar para posicionar a BRF como referência em performance ambiental em água.

Caso fosse avaliada, em uma escala de zero a cinco, a adequação das informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade referente a gastos com outros projetos ambientais, de acordo com o quesito E da NBC T. 15, a Marfrig seria a empresa que mais evidenciaria as informações contidas no quesito E em seu Relatório entre as empresas analisadas.

Quesito F: Quantidade de processos ambientais contra a entidade

Este quesito inclui a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade. A BRF divulga em seu Relatório Sustentabilidade que, em 2016, foram 23 processos/autuações administrativas/judiciais sobre o assunto. Três estão arquivados e 20 em trâmite. Não foram efetuados, em 2016, pagamentos de processos judiciais/autuações administrativas com valores relevantes, ou seja, superiores a R\$ 150.000,00, durante o ano.

A JBS não demonstra em seu Relatório de Sustentabilidade a quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade. A Marfrig, ao contrário, apenas divulgou em seu Relatório que em 2015 não houve multas ou penalidades aplicadas à Companhia referente ao assunto Bem-estar Animal.

A Minerva, por sua vez, divulgou no Relatório (2016) que, durante o período coberto, a Companhia contabilizou duas ações resultantes em multas significativas. Com base nos pareceres de seus consultores jurídicos externos, a companhia não constituiu provisão de valores em relação aos processos ambientais nos quais estava envolvida até a data-base de 31 de dezembro de 2016.

Desse modo, se fosse avaliar, em uma escala de zero a cinco, a adequação das informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade referente à quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade, de acordo com o quesito G da NBC T.15, das empresas analisadas, as empresas BRF e Minerva demonstrariam em seus Relatórios o quesito F, ou seja, a quantidade de processos ambientais, porém, a BRF divulgaria de modo mais detalhada essa informação.

Quesito G: Valores das multas e indenizações relativas a matéria ambiental

Este quesito inclui os valores das multas e das indenizações relativas a matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente. Das quatro empresas analisadas, nenhuma divulgou em seu Relatório de Sustentabilidade valores ou informações a respeito de multas e indenizações relativas ao meio ambiente.

Diante disso, avaliando, em uma escala de zero a cinco, a adequação das informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade referente a gastos com outros projetos ambientais, todas as empresas obtiveram nota zero, pois nenhuma delas divulgou os valores gastos com multas e indenizações relativas ao meio ambiente.

Quesito H: Passivos e contingências ambientais

Este quesito inclui passivos e contingências ambientais. Conforme o CPC 25 (2009), os passivos contingentes podem se desenvolver de maneira não inicialmente esperada. Por isso, são periodicamente avaliados para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços tornou-se provável. Se for provável que uma saída de benefícios econômicos futuros ou potencial prestação de serviços sejam exigidos para um item previamente tratado como passivo contingente, uma provisão deve ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período no qual ocorre a mudança na estimativa da probabilidade (exceto em circunstâncias extremamente raras em que nenhuma estimativa suficientemente confiável possa ser feita).

Essa questão pode ser exemplificada como a seguir: uma entidade do governo pode ter desobedecido a uma lei ambiental, mas não ficou claro se algum dano foi causado ao ambiente. Quando se tornar claro que esse dano foi causado e que a reparação será exigida, a entidade reconhecerá uma provisão, tendo em vista que uma saída de recursos que envolva benefícios econômicos ou potencial prestação de serviços torna-se provável. (CPC, 2009).

Das quatro empresas analisadas, apenas a Marfrig divulgou em seu Relatório informações sobre passivos e contingências ambientais, conforme consta no Relatório de Sustentabilidade da Marfrig Global Foods S.A (2015. p.126):

As políticas de procedimentos com produtos perigosos incluem o monitoramento ambiental e a manutenção de planos de contingência específicos para cada tipo de ocorrência e de substância em caso de acidente. Eventuais ocorrências são registradas e submetidas a extensivo processo de avaliação de causas visando a estabelecer os ajustes necessários aos

procedimentos vigentes. Em 2015, não foram registrados derramamentos ou vazamentos significativos de produtos perigosos em quaisquer das unidades da Marfrig Global Foods.

Ao avaliar, em uma escala de zero a cinco, a adequação das informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade referente a passivos e contingências ambientais, apenas a Marfrig fez tais adequações, ainda que de maneira incompleta.

Considerações Finais

A partir de uma análise individual dos quesitos, optou-se por fazer uma tabela para identificar qual empresa teve maior aderência, em termos percentuais, de divulgação dos itens na NBC T.15. Os dados podem ser verificados na Tabela 6, sendo, na última linha, indicado o percentual individual da divulgação dos quesitos no Relatório de Sustentabilidade de cada empresa, cuja pontuação máxima poderia ser de 40 pontos.

Tabela 6 - Avaliação dos quesitos conforme adequação da NBC T 15

Quesitos	BRF	JBS	Marfrig	Minerva	Total
A	0	4	3	4	11
B	3	0	4	4	11
C	0	0	3	4	7
D	0	4	3	4	11
E	0	0	4	0	4
F	4	0	2	3	9
G	0	0	1	0	1
H	0	0	1	0	1
Total	7	8	21	19	55
Percentual	17,5%	20%	52,5%	47,50%	

Fonte: Produção da autora

Com base nos dados da Tabela 6, é possível verificar que os quesitos que tiveram melhor evidência nos Relatórios de Sustentabilidade das empresas escolhidas foram A, B e D, e estes somaram um total de 11 pontos cada um. Isso significa que as empresas priorizaram, em seus Relatórios de Sustentabilidade, informações e valores dos investimentos, gastos com melhoria ambiental, preservação e recuperação de ambientes degradados e com educação ambiental externa.

O quesito G não foi evidenciado em nenhuma das empresas, não obtendo nenhuma pontuação, significando que nenhuma empresa divulgou valores das multas e indenizações relativas a matéria ambiental. Chamou a atenção também o quesito H, que teve apenas um

ponto, sendo a Marfrig a única empresa que evidenciou valores informações sobre Passivo e contingências ambientais. Entretanto, por se tratar de grandes empresas, acredita-se ser anormal não divulgarem tal informação em seus Relatórios de Sustentabilidade.

Ainda na Tabela 6, observa-se a porcentagem de divulgação dos quesitos por empresa, em que a soma total do período poderia ser 40 pontos. No entanto, as quatro empresas analisadas evidenciaram apenas a metade do que era esperado. A Marfrig foi empresa que mais evidenciou os quesitos em seu Relatório, obtendo 21 pontos, o equivalente a 52,5% de evidenciação, ao passo que a BFR foi a empresa que menos divulgou os quesitos, obtendo sete pontos, o equivalente a 17,5% de evidenciação. Isso significa que a Marfrig priorizou em seu relatório informações referentes a investimentos e gastos com preservação e/ou recuperação de ambientes degradados e ainda gastos com outros projetos ambientais.

Entretanto, o resultado desta pesquisa não foi o esperado pela pesquisadora, pois se acreditava, com base nos estudos feitos, que o Relatório de Sustentabilidade englobaria os assuntos relacionados ao meio ambiente, porém este quesito foi pouco evidenciado.

Conclusão

Este trabalho apresentou um estudo sobre a Responsabilidade Social Empresarial e sua importância para as organizações no contexto atual, com base na análise do Relatório de Sustentabilidade, considerando a observância dos itens contidos na Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T15), que trata da divulgação das informações de natureza social e ambiental.

Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa foi identificar, com base nas evidências apresentadas no relatório de sustentabilidade das empresas do segmento de carnes e derivados, listadas na BM&FBOVESPA/B3, quais delas desempenha de maneira mais efetiva seu papel de Responsabilidade Social Empresarial.

O objetivo proposto foi atingido, tendo sido feito um levantamento bibliográfico sobre o tema escolhido e apresentado os grupos que compõe a NBC T 15. Em seguida, foram escolhidas as empresas que fizeram parte da pesquisa e selecionados, em seus *sites*, os Relatórios de Sustentabilidade. Neles, foram buscadas correspondências aos itens da dimensão do meio ambiente alinhado a NBC T.15.

Na análise entre teoria e prática, foi possível constatar nos Relatórios de Sustentabilidade das empresas analisadas que elas não evidenciaram, de forma efetiva, o seu papel de Responsabilidade Social Empresarial. Na análise dos quesitos relacionados ao meio

ambiente que rege a NBC T.15, pode-se observar que, entre empresas estudadas, nenhuma delas divulgou mais de 50% de informações de natureza social e ambiental em seus relatórios.

Apesar de as empresas divulgarem, em alguns casos, informações e mencionarem o valor total gasto na planilha de investimentos e gastos ambientais que compunha o seu relatório, elas não demonstraram de forma esclarecedora em que exatamente foi o gasto e/ou investido. Talvez pelo fato de ter sido considerada neste trabalho apenas a observância aos itens contidos na NBC T 15 relacionado ao meio ambiente, nota-se que existe uma carência de informações relacionadas a esse tema nos relatórios.

Essa falta de evidenciação ambiental pode prejudicar a organização, pois cada vez mais os investidores estão procurando empresas que sejam altamente sustentáveis e que evidenciem tais informações em suas demonstrações e nos Relatórios de Sustentabilidade, sendo elas positivas ou negativas em relação ao meio ambiente. No caso de impactos negativos, que elas divulguem projetos e maneiras que possam minimizar ou até mesmo extinguir esses impactos no meio ambiente, tornando-se, assim, uma empresa socialmente responsável.

Esta conclusão está alinhada com Azevedo (2006) ao tratar a sustentabilidade empresarial como aquela que procura considerar em suas ações as dimensões econômica, social e ambiental, ou seja, a empresa continua visando ao lucro, mas passa a considerar o impacto de suas atividades no meio ambiente procurando amenizá-las de maneira eficiente, desempenhando ao mesmo tempo ações de cunho social, seja em benefício de seus funcionários ou da comunidade.

Por ser considerada uma ferramenta que expõe transparência e comunicação com as partes interessadas, pode-se dizer que os Relatórios de Sustentabilidade das empresas analisadas cumpriram com seu papel de divulgar seu desempenho sustentável que, de alguma forma, pode ajudar na mudança de mentalidade da empresa, buscando o que faz sentido para os negócios em um mundo dinâmico, onde não importa somente o âmbito financeiro, mas também o econômico, o social e o ambiental. Esta ideia alinha-se ao disposto na GRI (2017) quando afirma que elaborar relatórios de sustentabilidade consiste na prática de medir, divulgar e prestar contas, às várias partes interessadas, sobre o desempenho das organizações, visando atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável. Um relatório de sustentabilidade deve fornecer uma declaração equilibrada e razoável do desempenho de sustentabilidade da organização nele representada, incluindo tanto as contribuições positivas como negativas.

Para a realização desta pesquisa, foram selecionadas empresas do setor de Consumo não Cíclico, classificadas no subsetor de alimentos processados, especificamente do segmento

de Carnes e Derivados. Das seis empresas listadas na B3 do segmento de Carnes e derivados, apenas quatro empresas foram analisadas. Assim, esta foi a maior limitação encontrada para o desenvolvimento da presente pesquisa. A análise de mais empresas poderia ter contribuído para um melhor resultado do estudo.

É possível desenvolver novos estudos a partir desta pesquisa, para melhor reconhecimento e evidência da importância da Responsabilidade Social Empresarial. O estudo também pode ser realizado com as maiores empresas poluidoras do mundo, para que se verifique qual delas desempenha, de maneira mais efetiva, seu papel de Responsabilidade Social, como também com empresas de outros segmentos listados B3. São diversos os enfoques que podem ser abordados sobre Responsabilidade Social Empresarial, permitindo a realização de inúmeros estudos que venham a agregar conhecimento e experiência no meio acadêmico, científico e profissional.

Referências

- ALBERTON, A. et al. Seleção de Investimentos: aspectos e ferramentas relevantes na perspectiva dos gestores. **Anais XXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção**. Florianópolis, SC: nov. 2004.
- ASHLEY, P. A. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- AZEVEDO, A. L. V. Indicadores de sustentabilidade empresarial no Brasil: uma avaliação do relatório do CEBDS. **Revista Iberoamericana de Economia Ecológica**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 75 – 93, nov. 2006
- BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BM&FBOVESPA – A nova bolsa. **Diversos**. 2017. Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/. Acesso em: ago. 2017.
- BRF. **Relatório de Sustentabilidade**. 2016. Disponível em: <https://www.brf-global.com/responsabilidade-corporativa/meio-ambiente>. Acesso em 9 ago. 2017.
- CARVALHO, M. C. M. **Construindo o Saber: técnicas de metodologia científica**, 2.ed. Campinas, São Paulo, 1989.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.
- CFC. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.003/04. 16 Aprova a NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental**. Disponível em: www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc. Acesso em: 25 abr. 2017.
- CPC. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos/Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>. Acesso em: 23 out. 2017.
- CURY, T. **Saiba quais são os maiores importadores da carne brasileira**. 2017. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/economia/saiba-quais-sao-os-paises-que-mais-importam-carne-brasileira/>. Acesso em: 12 set. 2017.

- FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- FERREIRA, L. F et al. **Indicadores de Sustentabilidade Empresarial: uma comparação entre os indicadores do balanço social IBASE e relatório de sustentabilidade segundo as diretrizes da global reporting initiative GRI**. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/>>. Acesso em: 03 mai. 2017.
- FREITAS, J. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, p. 374, 2016.
- FORMIGONI, I. **Dados de crescimento da indústria de carnes no Brasil**. 2017. Disponível em: <http://www.farmnews.com.br/analises_mercado/industria-de-carnes/>. Acesso em: 13 fev. 2017.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 eds. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. **Estudo de Caso – Fundamentação Científica; Subsídios para Coleta e Análise de Dados; Como Redigir o Relatório**. Atlas, jun. 2009.
- GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **Diversos**. 2017. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 07 mai. 2017.
- GONÇALVES, E. L. **Balanço social: instrumental de avaliação de desempenho e correção do planejamento social na vida da empresa. Balanço social da empresa na América Latina**. São Paulo: Pioneira, 1980.
- HOSS, O.; CASAGRANDE, L. F.; VESCO, D. G.; METZNER, C. M. **Introdução à Contabilidade - Ensino e Decisão**. [s.i.]: Atlas, 2012.
- INSTITUTO ETHOS – **Empresas e Responsabilidade Social. Diversos**. 2017. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em: maio 2017.
- IUDICIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana de. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 5. ed. [s.i.]: Atlas, 2012.
- IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- JBS. **Relatório de Sustentabilidade**. 2016. Disponível em: <<http://jbss.foinvest.com.br/ptb/4069/JBS%20RAS%202016%20PT%20170502%20Final>>. Acesso em: 9 ago. 2017.
- KRUGER, S. D. et al. **Práticas de Responsabilidade Social e Ambiental de Empresas Agroindustriais**. 2012. Disponível em: <<http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/175.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2017.
- LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 6. Ed. Atlas, 2011.
- LOURENÇO, A. G.; SCHRÖDER, D. S. Vale investir em Responsabilidade social empresarial: Stakeholders, ganhos e perdas. In: **Responsabilidade social das empresas**. São Paulo: Petrópolis, 2003. Cap. 3, p. 77-120.
- MARFRIG, **Relatório de Sustentabilidade**. 2015. Disponível em: <<http://www.marfrig.com.br/pt/sustentabilidade>>. Acesso em 9 ago. 2017.
- MARTINS, E. **Balanço social – idéia que merece permanecer**. Gazeta Mercantil. 18 set. 1997, p. A-3. Disponível em: <<http://www.kmpress.com.br/c0918a3ahtm>>.
- MARIANO, R. **Qual a diferença dos setores de consumo cíclico e não-cíclico?** 2013. Disponível em: <<http://ricoporacaso.blogspot.com.br/2013/04/qual-diferenca-dos-setores-de-consumo.html>>. Acesso em: 05 set. 2017.
- MINERVA, **Relatório de Sustentabilidade**. 2016. Disponível em: <<http://portal.minervafoods.com/sustentabilidade#relatorio>>. Acesso em 9 ago. 2017.
- MORCERF, S. O. **Responsabilidade social empresarial – Uma ferramenta estratégica de gestão**. 2006. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/669_RESPONSABILIDADE_SOCIAL_EMPRESARIAL.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2017.

OLIVEIRA, J. A. P. **Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

PINTO, A. L.; RIBEIRO, M. S. Balanço Social: avaliação de informações. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, v. 15, p.21-34, dez. 2004.

QUINTANA, A. C.; BRANDÃO, C. T.; COELHO, D. M.; PAIVA, E. B.; RASIA, K. A. **Balanço social: a resposta às novas exigências sociais**. 2007. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/07/acq.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

ROCHA, T. **Gestão dos Stakeholders – Como Gerenciar o relacionamento e a Comunicação entre a Empresa e seus Públicos de interesse**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SAVITZ, A. W.; WEBER, K. **A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social em ambiental**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SUAVE, R.; KROETZ, M.; BOFF, M. L.; DA ROSA, F. S.; LUNKES, R. J. Evidenciação ambiental: convergências e divergências em diferentes cenários de resultados segundo NBC T.15. **Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí**, v. 1, n. 2, p. 53-64, 2012.

TINOCO, J. P. **Balanço Social e o Relatório da Sustentabilidade**. Atlas, 2010.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2011.

TINOCO, J. E. P. **Balanço Social – uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

VELLANI, C. L. **Contabilidade e responsabilidade social: integrando desempenho econômico, social e ecológico**. São Paulo: Atlas, 2011.